

MULHER EM MOVIMENTO

Ano XXV nº 53 - Julho / Agosto de 2016



Departamento
de Gênero



Estupro é crime não pode ser banalizado

Mobilização social alerta para a necessidade de mudar valores sociais e intensificar o combate aos crimes de violência contra as mulheres.

Reconstituição

Elisa Lucinda

Tive de repente
saúde da bebida
que eu estava bebendo...
tive saudade e
tentei me lembrar
que gosto faltava,
qual era a bebida...
Fui procurando entre
copos e móveis e
dei com sua boca.
A saúde era dela
A bebida era o beijo.



No início de junho, um estupro coletivo de uma jovem de 16 anos, por mais de 30 homens, no Rio de Janeiro, chocou a sociedade e ganhou repercussão internacional. Vários coletivos de mulheres fizeram manifestações pelo País a fora, entre eles a Marcha das Vadias. Em Salvador, o ato reuniu cerca de 200 mulheres na caminhada “Por Todas Elas”, que seguiu pelo corredor da Vitória até a Barra.

O ato foi encerrado com uma grande ciranda da Marcha Mundial de Mulheres. Como desdobramento, esses coletivos estarão nos bairros realizando rodas de conversa para ouvir as mulheres sobre os serviços de atendimento que são prestados às vítimas de violência e também criar um espaço de solida-

riedade entre as mulheres.

Crime hediondo

A legislação brasileira considera o estupro como crime hediondo (aquele que provoca repulsa, comoção ou que atenta contra a vida) e o coloca entre os crimes mais graves. A lei (Art. 213 do Código Penal) prevê pena de 6 a 10 anos de reclusão. As penas serão agravadas se a vítima for menor ou incapaz e também se houver lesão corporal. Se resultar em morte, a pena chega a 30 anos de prisão.

A palavra chave para saber se uma relação sexual pode ser caracterizada como estupro é: consentimento. É preciso sempre perguntar ao outro se é da sua vontade. Se a

Continua na página 2

Aborto e Direitos

Página 2

Identidade transgênero

Página 3

15 de Julho Dia do Homem

Página 3

Sexualidade em filme baiano

Página 4

Estupro é crime e não pode ser banalizado

resposta for não, estamos diante de um caso de violência contra a liberdade sexual da vítima. Qualquer pessoa que busque exercer poder sobre outra e a obrigue, com violência ou ameaças, a manter relações sexuais está cometendo o crime de estupro.

Combate ao machismo

O pano de fundo dos abusos sexuais é o machismo cultuado pela sociedade – muitas vezes até aplaudido –, que propicia um ambiente permissivo e violento. O combate ao estupro passa necessariamente por atacar esse modelo. Lembrando sempre que o machismo não pode ser confundido com o gênero masculino, homens e mulheres tem atitudes machistas.

É preciso destacar também que o estupro não é uma questão meramente sexual, mas está relacionado com a estrutura de poder na nossa

sociedade e de como ele é exercido nas diversas relações interpessoais e institucionais. Essa reflexão é fundamental para evitar que crimes como o estupro sejam banalizados. Ou pior, sejam vistos como de responsabilidade das vítimas.

Transformar valores

No Brasil, apenas 35% dos casos de estupro são registrados. É tão grave o ataque à dignidade humana que muitas vítimas, envergonhadas, preferem não registrar queixa, até para não serem culpabilizadas. Esse tipo de violência independente da classe social ou nível cultural, muitas vezes os agressores são pessoas muito próximas da vítima, familiares e maridos. As crianças também são vítimas de estupro.

Mudar essa realidade é condição imperativa para uma nova sociedade, onde o machismo não prevaleça,



onde a mulher seja respeitada, onde as crianças tenham uma educação igualitária para meninos e meninas, e que a sociedade apoie a criação de políticas públicas de gêneros e que os departamentos de marketing das empresas comecem a pensar propagandas em que as mulheres não sejam objeto sexual para venda de produtos.

Aprimorando as leis

O Senado aprovou no dia 31 de maio um projeto de lei que prevê pena mais rigorosa para os crimes de estupro praticados por duas ou mais pessoas. A proposi-

ta, além de agravar a punição, tipifica o crime de estupro coletivo que, atualmente, não é previsto no Código Penal brasileiro. O texto ainda precisará ser analisado pela Câmara dos Deputados.

O texto também prevê a criação de um dispositivo no Código Penal para punir, com 2 a 5 anos de prisão, a pessoa que “oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de estupro”.

Manifestações, no dia 4 de junho, ocuparam as ruas centrais de Salvador



Secretária recua e defende aborto para mulheres vítimas de estupro

Desde que assumiu interinamente a Presidência da República, em maio, Michel Temer vem ameaçando retrocessos aos direitos duramente conquistados pela sociedade. No que se refere às mulheres a situação é ainda mais grave. Primeiro retirou o status de Ministério da Secretaria de Políticas para as Mulheres, depois, para piorar indicou a ex-deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) para chefiar a Pasta.

Entre as “pérolas” proferidas

por Fátima, que é presidente nacional do PMDB Mulher, a mais polêmica foi a afirmação de que é contra o aborto, inclusive nos casos de estupro. Pegou tão mal que ela teve que voltar atrás, anunciando em nota pública, emitida no dia 1º de junho, a ressalva para os casos de estupro. A nota foi emitida em meio à repercussão do estupro coletivo de uma jovem de 16 anos, no Rio de Janeiro.

Perfil machista

A indicação de Fátima foi criti-

cada pelo movimento feminista. A nova secretária, que é evangélica, já defendeu o direito de aborto, mas mudou de opinião, segundo ela, após ter sido “curada”, em referência à sua conversão religiosa.

Já seria motivo de preocupação a indicação para a Secretaria da Mulher de alguém que não compactua com a premissa constitucional de que o Estado é laico. O problema se agrava na medida em que as outras pastas são chefiadas por homens e todos brancos.

Masturbação faz bem

Além dos benefícios físicos, falar abertamente sobre o tema ajuda a visualização do sexo como algo positivo e claro, principalmente pelos jovens. Masturbação é uma questão de escolha, nunca deve ser imposta ou reprimida.

Um tema que ainda hoje pode ser considerado tabu para muitas pessoas ganha cada vez mais espaço nas discussões sobre qualidade de vida e hábitos saudáveis. A masturbação é um dos termos mais buscados na internet. Além do interesse do imaginário humano no terreno do prazer, há também curiosidade quanto aos riscos.

Recente pesquisa feita pelo cientista Anthony Santella e o professor Chenoa Cooper, da Univesidade de Sydney, Austrália, mostram a masturbação tem efeitos benéficos à saúde. O estudo mostra que estimular o próprio prazer pode afastar doenças como cistite, depressão, diabetes e câncer.

Para as mulheres, a masturbação pode ajudar a prevenir infecções cervicais e do trato urinário por meio do processo do toque, ou a abertura do colo do útero, que ocorre como parte do processo de excitação. O ato de se tocar também ajuda a reduzir os riscos de diabetes tipo 2, a insônia através da liberação hormonal e tensão, e ainda aumenta a força pélvica devido às contrações causadas pelo orgasmo.

Já para os homens, o principal benefício segundo Cooper é a diminuição do risco de câncer de próstata, uma vez que o estímulo pode ajudar a expulsão de agentes cancerígenos. A masturbação também tem benefícios para o sistema imunológico aumentando os níveis de cortisol, reduz a depressão e eleva a quantidade de endorfina na corrente sanguínea, que garante efeito relaxante. As pesquisas feitas pelo australiano



Quem dera
Pudesse todo homem compreender,
oh, mãe, quem dera
Ser o verão o apogeu da primavera

Gilberto Gil

ganham sustentação também entre os médicos brasileiros. “Do ponto de vista da fisiologia e da saúde, a masturbação é algo natural, parte do desenvolvimento da sexualidade das mulheres e homens”, declara o urologista Valter Javaroni, do Departamento de Andrologia da Sociedade Brasileira de Urologia.

Segundo Javaroni, a masturbação é uma forma de se conhecer melhor, que permite ao homem e à mulher aprenderem a perceber as áreas de maior excitabilidade e as formas de gerar prazer desde o início da vida sexual. Por outro lado, a masturbação não é necessária ou fase obrigatória na vida de todos.

Fontes: minhavidacom.br e saude.terra.com.br

Identidade trans

Deputados querem retirar direito de uso do nome social de travestis e transexuais

Menos de um mês após a presidenta Dilma ter emitido decreto regulamentando o uso do nome social de travestis e transexuais nos órgãos da administração pública direta e indireta, um grupo de parlamentares quer impor um retrocesso para as causas LGBT.

Em maio, 29 deputados de dez legendas (DEM, PRB, PR, PSC, PSDB, PHS, PTN, PSB, PV e PROS) protocolaram um Pedido de Decreto Legislativo (PDC) para suspender o ato de Dilma que reconhece os nomes sociais de transexuais e travestis no serviço público. A única parlamentar

da Bahia que assina a lista é a deputada Tia Eron (PRB-BA).

O pedido está na mesa do presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), que vai decidir para quais comissões encaminhar a proposta antes de ela ser apreciada em plenário. A proposta é de autoria do deputado João Campos (PRB-GO), expoente da bancada evangélica autor de outras medidas, como a proposta de Emenda à Constituição que garante às entidades religiosas, como igrejas, o poder de contestar a constitucionalidade de leis no Supremo Tribunal Federal. Além dele, tam-

bém assinam o documento outros representantes da bancada, como o pastor Marcos Feliciano (PSC-SP) e Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ).

A medida aprovada por Dilma, no dia 28 de abril, atende uma antiga demanda do movimento LGBT e garante que, se uma pessoa que recebeu o nome de João quando nasceu mas quer ser chamada de Maria, o crachá dela, a folha de ponto e o sistema do órgão para o qual ela trabalha devem reconhecê-la assim. Alterações no documento de identidade do servidor, porém, não estão previstas neste decreto.

PERFIL

Luiz Antônio

Sempre ligado na transversalidade das questões de gênero, o *Jornal Mulher em Movimento* traz nessa edição um contundente depoimento do ator Luiz Antônio Sena Júnior, que participa do projeto “Música de Quinta” e posiciona-se corajosamente sobre o olhar conservador e violento da sociedade e seus valores decadentes.



Dramas reais no palco das ruas

Sou um homem de 31 anos, gay, do interior da Bahia, ator. Alguém que tenta manter a crença no poder de seu ofício para tocar pessoas e fazê-las refletir sobre urgências minhas, dos meus pares de atuação e desse tempo agora.

Fui criado pra ser alguém que alcançaria uma carreira valiosa e rentável. Mesmo sendo CDF, caminhei pelas pedras do teatro, sem almejar a fama que ainda norteia o discurso daqueles que insistem em perguntar quando vou pra Globo.

Filho de pais separados, amedrontado pelo pai machista e por familiares com tons de homofobia velada, logo assumi minha sexualidade sem a fatídica cena de saída do armário.

Tornei-me gay enxergando onde havia abertura pra me revelar, desabafando com aqueles que a vida foi me apresentando e afirmando o que sou, ganhando espaço pra mostrar que o afeto pelo filho/primo/sobrinho/neto deve independe do que esperam de mim.

Ao invés de querer saber quem me faz gozar, pergunte como anda meu juízo. Porque minha cabeça anda pesada vendo as piadas, omissões e falhas ao noticiar a tragédia em Orlando escondendo o teor homofóbico do ato com a ideia de terrorismo.

Porque meu coração tem batido dóido ao pensar que por trás do incômodo relacionado ao som do “Música de Quinta” a ponto de uma pessoa lançar bolas d’água, talvez esteja escondida uma fúria por criarmos um espaço onde dialogamos de modo horizontal com aqueles que dormem sob a marquise; com os garis que passam nos gritando, porque fazemos festa com os transformistas, porque mexemos na antiga rotina pra repensarmos o bairro e, quiçá, termos mais segurança, convivência, afeto.

Porque meu peito tem inflado miúdo diante do movimento político comandado por políticos que não representam os seus, que sucumbem o País numa guerra pra ver quem se salva das investigações de corrupção que os envolve, para além de seus partidos. Que são feitos heróis ou traidores por uma mídia vendida.

Porque meus olhos andam cansados de ver gente me olhar diferente quando digo que sou artista ao preencher um formulário, quando me veem em afeto com meu namorado na rua, quando ouvem meu sotaque de interior.

Invertido, tento enxergar por outra lógica pra não desistir, mudar ou morrer.

Ajude-me, me respeite.

Para Além dos Seios

O documentário “Para Além dos Seios”, do cineasta Adriano Big, cuja realização contou com o apoio do Sindicato dos Bancários, tem dado grande contribuição ao debate sobre gênero em nossa sociedade. Em março, quando estreou no Circuito Sala de Arte, já durante a primeira semana de exibição obteve recorde de bilheteria.

O longa-metragem baiano, com 76 minutos, se utiliza da cumplicidade de personagens reais que falam sobre assuntos como mastectomia, transsexualidade, assédio e violências, feminismo, marcha das vadias, sexualização do feminino, ditadura da imagem, cirurgias estéticas, amamentação, parto humanizado, entre outros.

Como surgiu a ideia

O interesse em documentar nuances da vida de Viviane Vergueiro, mulher transfeminista, ativista e intelectual dos direitos trans, foi um dos pontos de partida para pensar a importância dos seios na construção da identidade do feminino.

O filme dialoga ainda com questões atuais como as discussões sobre aborto, liberação da maconha e seu uso medicinal, teoria Queer, visão crítica das representações midiáticas e a opressão das ideologias religiosas sobre o corpo.

No elenco principal: Ivana Chastine, Viviane Vergueiro, Ednilson Sacramento, Sandra Muñoz, Isaura Tupiniquim, Bento Chastinet, Brisa Morena, Geraldo Cohen, Jamile Barbosa, Bia Ferreira, Ellen de Paula, Ricardo Alvarenga. A jornalista Milena Fabel, que foi estagiária no Departamento de Imprensa do nosso sindicato trabalhou como assistente de Produção do filme.

